REQUERIMENTO DE DESAPENSAÇÃO

(Do Sr. Deputado Capitão Derrite)

Requer a desapensação de diversas proposições apensadas ao Projeto de Lei nº 9433/2017, por faltar pertinência temática.

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por falta de pertinência temática, sejam desapensados do Projeto de Lei nº 9433/2017, o qual fui nomeado relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, os Projetos de Lei nºs 5041/2005, 5604/2009, 7301/2014, 5305/2019, 298/2015, 7002/2017, 4410/2020, 4338/2021, 55/2022, 1010/2007, 8187/2017, 440/2015 4456/2016, 5301/2013, 6601/2009, 7361/2010, 7960/2014, 3254/2020, 3783/2020, 5505/2020 e 6162/2005 (elencados na ordem em que aparecem na página da proposição principal).

Brasília, 4 de agosto de 2022.

CAPITÃO DERRITE
Deputado Federal – PL/SP



JUSTIFICATIVA

O <u>PL nº 9433/2017</u>, o qual fui nomeado relator na Comissão de Segurança Pública <u>e Combate ao Crime Organizado</u>, estabelece que as **armas apreendidas**, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas **para utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União**, dos Estados e do Distrito Federal.

Noutros termos, o projeto principal trata da destinação de armas apreendidas.

Nessa mesma temática, diversos PLs foram <u>corretamente apensados</u>, quais sejam: PL 3941/2004, PL 7170/2010, PL 3380/2012, PL 6660/2013, PL 5552/2016, PL 7706/2017, PL 7885/2017, PL 7910/2017, PL 7998/2017, PL 8006/2017, PL 8197/2017, PL 8792/2017, PL 1084/2019, PL 1545/2021, PL 6156/2016, PL 10687/2018, PL 1604/2019, PL 2768/2019 e PL 3501/2019.

Ocorre, contudo, que outras diversas proposições, apesar de alterarem o mesmo diploma (Lei nº 10.826/03 — Estatuto do Desarmamento), <u>não guardam qualquer</u> <u>pertinência temática com o tema em apreço</u>, o que acaba prejudicando a aprovação do objeto principal, que é a destinação de armas apreendidas às polícias e Forças Armadas.

Nesse diapasão, verifique-se os Projetos que estão dissonantes da matéria nuclear:

- 1. <u>PL 5604/2009 (7)</u> Estabelece que a autorização para o porte de arma de fogo somente será concedida após o devido registro, com eficácia temporária e territorial limitada, podendo ser revogada em caso de superveniência de doença psiquiátrica.
- PL 7301/2014 (1) Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição; em relação aos requisitos necessários para aquisição, registro e porte de armas de fogo de uso permitido.
- 3. <u>PL 5305/2019</u> Trata da cassação das autorizações de posse e de porte de arma de fogo do titular a quem seja imputada a prática de crime ambiental
- PL 298/2015 (3) Trata dos critérios para obtenção de autorização para aquisição de arma de fogo



4presentação: 04/08/2022 16:54 - MES/

- 5. PL 7002/2017 (1) Trata dos requisitos para aquisição de arma de fogo
- 6. <u>PL 4410/2020</u> Trata dos requisitos para aquisição de arma de fogo e do número de armas a que cada pessoa faz jus
- 7. PL 4338/2021 Retira o critério subjetivo para adquirir armas de fogo
- 8. <u>PL 55/2022</u> Proíbe o transporte de arma de fogo sob efeito de álcool ou outras drogas
- 9. PL 1010/2007 (1) Trata de critérios para porte de arma de fogo
- 10. <u>PL 5041/2005</u> Transfere a competência da Polícia Federal para autorizar o porte de arma de fogo aos órgãos de Segurança Pública Estaduais.
- 11. PL 8187/2017 Trata de critérios para porte de arma de fogo
- 12. <u>PL 440/2015</u> prazo máximo de armazenamento das armas de fogo e armas brancas apreendidas
- PL 4456/2016 Veda a nomeação de pessoa física como depositário fiel de armas de fogo e munições,
- 14. PL 5301/2013 trata de critérios para autorização de porte de arma de fogo
- 15. <u>PL 6601/2009 (5)</u> Trata de registro de arma de fogo
- PL 7361/2010 Trata de reabertura de prazos para recadastramento de armas de fogo
- 17. PL 7960/2014 permite a reabertura de prazos para recadastramento de armas.
- 18. PL 3254/2020 (1) permite a reabertura de prazos para recadastramento de armas
- 19. PL 3783/2020 trata do prazo de recadastramento de armas
- 20. PL 5505/2020 extingue a campanha do desarmamento



Apresentação: 04/08/2022 16:54 - MESA

 PL 6162/2005 – modifica o tipo penal de disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado

Ora, entender que os projetos acima são correlatos ao principal seria o mesmo que apensar todos as proposições que alteram o Código Penal, o que tornaria a análise infrutífera.

Com efeito, manter da forma como está, tornará o tema excessivamente abrangente e de complexa análise, o que acabará prejudicando a aprovação do objeto essencial, cujo convencimento é de fácil trato a todas as bandeiras ideológicas.

Assim, pelas razões expostas, verifica-se que não há identidade que justifique a tramitação conjunta das proposições elencadas, pelo que se requer o desapensamento das mesmas.

CAPITÃO DERRITE Deputado Federal – PL/SP

